



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

IONA PRICILA ANDRADE OLIVEIRA GONÇALVES

**A TEORIA E A PRÁTICA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA
BAHIA: UM ESTUDO DE CASO**

**Salvador
2008**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

IONA PRICILA ANDRADE OLIVEIRA GONÇALVES

**A TEORIA E A PRÁTICA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA
BAHIA: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada por Ioná Pricila Gonçalves, sob a orientação da Professora Márcia Pontes, como cumprimento de requisito para a conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

**Salvador
2008**

Agradecimentos

A Deus por tudo que sou e por que ele sempre esteve comigo ajudando me a superar todas as dificuldades.

Aos meus pais, Zeca e Marly, pessoas muito especiais que sempre me incentivam e motivaram a ingressar na faculdade. Sem o apoio de vocês jamais teria sido possível realizar este sonho.

As minhas tias (em especial Lene, Maria, Beta e Dany), pessoas que me ensinaram a ser forte e persistente e muito contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

Ao meu esposo (Ronald) pela paciência, carinho e compreensão com que me tratou nas horas de angústia e medo de enfrentar as dificuldades da vida acadêmica durante os quatro anos em que estive na Faced.

As minhas amigas de longas datas Guionice, Letícia e Helen, vocês me fizeram acreditar ser possível ingressar e concluir um curso de nível superior.

Aquela que a princípio era só uma colega de faculdade mas que ao longo dos anos se tornou uma boa amiga, Vanessa. Você muito contribuiu para o meu aprendizado, espero que a nossa amizade dure muitos e muitos anos.

A minha orientadora e professora Márcia Pontes, pelo tempo e atenção na orientação do meu trabalho monográfico, somente alguém que possui qualidades como competência e compromisso com a formação dos alunos estaria sempre disponível a atender uma orientanda de monografia.

A todos que fizeram parte da minha vida acadêmica e de uma forma ou de outra contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

A prática político-pedagógica dos educadores progressistas ocorre numa sociedade desafiada pela globalização da economia, pela fome, pela modernidade e até pela pós-modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela violência, pela imunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança. *Paulo Freire*

RESUMO

O presente trabalho objetivou investigar a coerência entre as atribuições delegadas ao coordenador pedagógico exercida em seu cotidiano de trabalho no espaço escolar e os dispositivos legais que regem a educação nacional e no estado da Bahia. Para tanto se fez necessário analisar e buscar conhecer as atividades atribuídas a este profissional a partir de sua origem e evolução histórica. Foram utilizados os estudos realizados por diversos autores nesta área entre eles Atta (2002), Saviani (2000), Vasconcellos (2002), Medina (2001), Carneiro (1999), e outros que com suas formulações e conhecimentos serviram de base teórica para essa monografia. Foi realizada também uma pesquisa de campo dentro da modalidade metodológica de estudo de caso, com a aplicação de questionários previamente estruturados e aplicados aos professores das unidades escolares envolvidas na pesquisa com o objetivo de analisar o posicionamento do docente em relação ao desenvolvimento das atividades da coordenação pedagógica e ainda se realizou entrevista com uma das coordenadoras pedagógicas de cada escola para se verificar a relação de sua prática no cotidiano escolar, as perguntas da entrevista foram elaboradas à luz dos pressupostos teóricos.

Palavras-chaves: Coordenação pedagógica; atribuições do Coordenador Pedagógico,

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Existência de coordenação pedagógica	29
TABELA 2- Reuniões do corpo docente com os coordenadores pedagógicos	30
TABELA 3- Necessidade de um profissional que coordene as atividades pedagógicas	31
TABELA 4- Justificativas dos professores para a necessidade de coordenador pedagógico na escola	31
TABELA 5- Atividades desenvolvidas pela coordenação pedagógica, segundo os professores	32
TABELA 6- Oferecimento de cursos de formação continuada pela coordenação, segundo os professores	33
TABELA 7- Percepção dos professores sobre a natureza democrática e participativa do trabalho da coordenação pedagógica	34
TABELA 8- Eficácia do trabalho da coordenação em relação à qualidade do ensino	34
TABELA 9- Motivos para considerar positiva a influência do trabalho da coordenação pedagógica na melhoria na qualidade do ensino	35

SUMÁRIO

Capítulo I - Introdução	08
Capítulo II - Coordenador pedagógico: antecedentes e cenário atual	12
Capítulo III - O desenvolvimento do trabalho de campo	25
Capítulo IV - Análise dos resultados	29
Capítulo V - Considerações finais	40
Referências bibliográficas	44

CAPITULO I - INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada por intenso movimento de políticas públicas de educação, constituindo-se uma reconfiguração da educação em todos os níveis. Na educação superior, tivemos a elaboração de um grande número de documentos visando a sua reorganização como bem indica Campos (2004). As reformas educacionais iniciadas nessa década, dentre elas a da formação de professores, devem ser compreendidas como parte das ações implementadas pelo Ministério da Educação para promover a reestruturação da função docente, e a reorganização da função do pedagogo, para promover mudanças qualitativas no ensino.

A formação dos profissionais da educação deve prepará-los para atender às novas exigências da sociedade e contribuir para que ocorram mudanças nos espaços escolares que posteriormente sejam vistas sob forma de avanços sócio-econômicos e políticos. Para que ocorram essas transformações é necessário que haja inovação nos métodos e técnicas de ensino, bem como que se estabeleçam novos objetivos para o trabalho docente, o que segundo Litto (2007), significa alterar a educação formal de modo que não se confunda a memorização de um amontoado de fatos com conhecimento, que se considere os estilos individuais de aprendizagem de cada aluno, que se trabalhe para o desenvolvimento da capacitação cognitiva de alta ordem como interpretação julgamento e decisão.

Diante da necessidade de melhoria da qualidade da educação no país, os profissionais ligados à coordenação pedagógica recebem atribuições altamente desafiadoras a fim de que as instituições de ensino alcancem o êxito nos processos de ensino e aprendizagem, como afirma Libâneo (2004):

O coordenador pedagógico responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com professores, em função da qualidade de ensino. A coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógica didática aos professores, para se chegar a uma situação ideal da

ensino (considerando o ideal e o possível), auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos .

O interesse por este tema surgiu após cursar as disciplinas EDC-293, Introdução à Supervisão Educacional e EDC-294 Orientação Educacional, que serviram como ponto de partida para estudos e discussões acerca das áreas de atuação, bem como sobre as atribuições conferidas aos coordenadores pedagógicos. Partindo da premissa de que teoricamente esse profissional deva desenvolver as funções de supervisão e orientação educacional, pretende-se conhecer como ocorrem as vivências no dia-a-dia destes profissionais nas escolas que estão sob suas responsabilidades.

Após ter cursado estas disciplinas, tive a oportunidade de desenvolver atividades de estágios nos Centros Interdisciplinares que fazem parte do Centro Múltiplo Oscar Cordeiro, localizado no município de Salvador, como auxiliar da coordenação pedagógica desta instituição. As experiências vividas neste período muito contribuíram para o efetivo desenvolvimento deste trabalho, o qual tem a coordenação pedagógica objeto de estudo.

Este trabalho objetiva, portanto, investigar a coerência entre os dispositivos legais no sistema de ensino no país, e principalmente na Bahia, bem como o posicionamento de diversos autores que desenvolvem trabalhos ligados à área orientação, supervisão e coordenação de trabalhos pedagógicos, e o desenvolvimento prático dessas atividades nas instituições escolares.

As atribuições do coordenador pedagógico na escola são múltiplas, significativas, de natureza diversificada e contribuem positivamente para a melhoria nos processos de ensino e aprendizagem. Segundo Vilas Boas (2000) dentre essas atribuições destacam-se as de natureza pedagógica, como, planejar, acompanhar, avaliar, e aperfeiçoar os processos de ensino-aprendizagem, enquanto, segundo Libâneo (2004), está sob a responsabilidade deste profissional organizar as turmas

de alunos, elaborar o horário escolar, elaborar e coordenar o conselho de classe, que são atividades que apresentam aspectos administrativos. Ainda segundo Libâneo (2004) deve ser o coordenador pedagógico a pessoa que intermedia a relação da escola com a comunidade. A partir da análise destas declarações evidencia-se a relevância de um coordenador que atue com eficácia para que se possa assegurar as melhorias necessárias ao bom desempenho da instituição sob sua responsabilidade.

Pensando em conciliar o estágio e a construção da monografia, desenvolvendo-a da melhor maneira possível, os campos escolhidos para realizar a pesquisa foram duas escolas da rede estadual de ensino de Salvador. O Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes e o Colégio Estadual Landulfo Alves, ambos integrados ao Complexo Educacional Jequitaia no Centro Múltiplo Oscar Cordeiro, cujos dirigentes prontamente se dispuseram a contribuir com esse trabalho.

Neste trabalho de pesquisa será utilizado como modalidade metodológica o estudo de caso. Esse procedimento foi escolhido por melhor atender o objetivo e a natureza do estudo. Esta modalidade metodológica será aplicada nos colégios Hamilton de Jesus Lopes (Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental e Médio) e Landulfo Alves (Ensino Médio). Para conhecer como se estabelece a relação teoria e prática no cotidiano das atividades desenvolvidas pelos coordenadores pedagógicos nas unidades acima mencionadas, serão utilizadas entrevistas como instrumentos de coleta de informações, cujas indagações serão previamente elaboradas e aplicadas aos coordenadores e questionários com perguntas objetivas e subjetivas a serem aplicados aos professores. As informações obtidas serão analisadas.

A monografia será estruturada em quatro capítulos, com a seguinte organização: No segundo capítulo são apresentados os antecedentes e o cenário atual da função de coordenação pedagógica, a partir de uma abordagem histórica, desde o seu surgimento, trajetória até os dias atuais, e ainda ressaltar como esta função é

apresentada por autores contemporâneos em suas publicações e em alguns documentos oficiais. O terceiro capítulo descreverá o desenvolvimento da pesquisa de campo. O quarto capítulo apresentará os resultados do estudo e será construído a partir da análise dos resultados obtidos na pesquisa. O quinto e último capítulo, trará as conclusões ou considerações finais quanto à temática investigada.

CAPITULO II – COORDENADOR PEDAGÓGICO: ANTECEDENTES E CENÁRIO ATUAL

É finalidade deste capítulo mostrar a trajetória da coordenação pedagógica., fazendo-se necessário para isso um estudo das raízes históricas da Supervisão, sua origem e evolução no cenário educacional brasileiro, e a sua relação com as transformações que ocorreram no âmbito político, social, econômico e urbano o que, segundo Atta (2002), não só contribuíram para a elaboração e implementação de suas atribuições nos dias atuais, como influenciaram nas nomenclaturas dadas aos profissionais da educação e ainda no modo como esta função está sendo desempenhada na educação baiana.

Estudar a história da Supervisão Educacional permite observar que esta possui grande aproximação com o serviço de Inspeção Escolar, que tem origem na Primeira República (1889 – 1930), período em que, segundo Atta e Simões (1975), o país adquiriu sua completa autonomia, onde grandes reformas educacionais se sucederam na tentativa de reorganizar o sistema de educação, adaptando-o à nova estrutura política e administrativa .

Para atingir os objetivos de mudança, ainda segundo as mesmas autoras, o sistema escolar foi organizado por uma Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária, onde o serviço de inspeção começa com funções bem amplas que aos poucos vão sendo reduzidas, passando a ter responsabilidade apenas com os processos de fiscalização de exames para o ingresso nas instituições de ensino superior e pela padronização das escolas de acordo com as normas legais e administrativas. As atividades de apoio pedagógico aos professores por meio de treinamentos, palestras, estudos e levantamento de dados, foram atribuições do inspetor apenas na primeira reforma.

Na Segunda República (1930- 1945), de acordo com as autoras acima citadas (1975), a educação foi influenciada por novas idéias pedagógicas e pela pressão intensa em favor da renovação educativa, esta renovação, segundo Saviani (1999),

contou com o apoio de novos profissionais da educação advindos de outras profissões, como jornalismo, direito e medicina, que em 1932 se organizaram como pioneiros da “educação nova”.

Diante da necessidade de melhorar o atendimento às escolas ocorreram modificações no serviço de Inspeção Escolar, que passou a dar prioridade ao atendimento as áreas de ensino, modificações estas sancionadas através do Decreto - Lei nº 4.244 de abril de 1942 que delega ao inspetor, além de responsabilidade de caráter administrativo, funções no âmbito da orientação pedagógica o que para Atta e Simões (1975), pode ser considerado um prenúncio de Supervisão Educacional, que somente após 1945, aparece nos textos legais , a princípio como função do inspetor e posteriormente como função de um especialista em educação.

Para Saviani (2000), o surgimento da Supervisão como função distinta do diretor e do inspetor só foi possível a partir do momento em que houve uma ruptura entre as atividades técnicas e as atividades administrativas, quando o supervisor passou a ter responsabilidade técnica enquanto a direção e a inspeção cuidariam dos aspectos administrativos.

Antes de tratarmos das atribuições específicas do supervisor, é relevante mencionar o contexto histórico no qual o país estava envolvido no ato da criação da Supervisão, uma vez que as questões educacionais sempre estiveram vinculadas às condições sócio-econômicas e políticas vigentes no Brasil. Para Nogueira (1989), o surgimento da Supervisão na realidade brasileira está atrelado ao cenário internacional, mais precisamente aos interesses norte-americanos que após consolidação do bloco de países socialistas e sua expansão aos países orientais passou a representar uma ameaça aos países capitalistas simultaneamente atingidos pela perda de suas colônias. Diante destes acontecimentos, os Estados Unidos da América, líder dos países capitalistas, a fim de conter os avanços socialistas lança o Programa de Assistência Técnica aos países pouco desenvolvidos especialmente àqueles situados na América Latina.

Em 1957, o Brasil firma acordo com os EUA, na área educacional e implanta nesse mesmo ano em Minas Gerais o Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar, (PABAEE), com o objetivo de modernizar o ensino primário e na perspectiva do programa, segundo Rangel (2001), trazer para o Brasil novos métodos e técnicas de ensino existente nos Estados Unidos e adaptá-los às especificidades de nosso país. Para atingir esses objetivos o programa deveria ser desenvolvido com a interação entre professores brasileiros e americanos. Os primeiros professores brasileiros a participarem do programa foram enviados aos Estados Unidos para se especializarem e posteriormente se associarem aos americanos na tarefa de formar supervisores que atuariam em todo o Brasil.

De acordo com Nogueira (1989), a participação dos americanos na formação dos supervisores brasileiros foi prejudicial, pois embora o programa afirmasse que o Brasil poderia analisar, conceber e adaptar o material apresentado por ele para atender a diversidade brasileira, segundo a mesma autora o programa não passou de “pacotes metodológicos”, acrílicos, passados e repassados uniformemente para centena de professores brasileiros de diferentes realidades.

Diante da necessidade de se adequar ao padrões nacionais, a educação baiana realizou algumas tentativas de estruturação do serviço de Supervisão Educacional, e para isso também recebeu auxílio do PABAEE, que, segundo Atta (2002), contribuiu na formação de supervisores para o ensino primário. Os primeiros supervisores baianos ficaram a serviço da Secretaria de Educação do Estado, com a responsabilidade de efetuar visitas regulares às escolas, com o intuito de exigir dos professores um trabalho que evidenciasse evolução positiva da qualidade dos processos de ensino.

Ainda conforme Atta (2002), a Supervisão Educacional baiana não contou apenas com a formação norte-americana, mas recebeu uma segunda vertente, esta de origem européia, que atuou como assessoria ou coordenação pedagógica do antigo ensino de secundário.

O período que corresponde à década de 1960 foi marcado por um intenso processo de industrialização e urbanização, e pela adoção efetiva do planejamento como instrumento da política econômica de governo. Ao configurar essa nova etapa no país, segundo Aguiar (1991), ênfase especial é dada à educação, que passa a ser percebida como principal fator de desenvolvimento bem como um investimento rentável tanto de ordem individual como social, privilegiando o planejamento e o pensamento técnico-científico.

É no bojo dessas modificações que em 1967, com a Lei Orgânica do Ensino na Bahia, que o supervisor recebe as seguintes atribuições:

Promover, organizar e acompanhar a relação, treinamento e aperfeiçoamento do magistério; prestar assistência técnica e pedagógica às unidades de ensino médio e seu corpo discente; promover estudos para revisão e atualização dos programas de ensino e dos currículos; programar e realizar estudos e experimentações específicos, visando contínuo aperfeiçoamento dos currículos dos métodos e processos e da supervisão do ensino médio; orientar e supervisionar os programas de avaliação da aprendizagem e do rendimento do ensino; proceder a avaliação periódica do rendimento dos programas de supervisão, visando a reformulação de seus objetivos; promover a regulamentação da expedição de certificados e diplomas; elaborar e coordenar os programas de educação de adolescentes excepcionais. (BAHIA, 1967, p.29).

Nota-se que a partir da lei mencionada anteriormente, que as tarefas delegadas ao supervisor seguem um curso positivo, afinal este deixa de exercer um papel fiscalizador e assume uma postura de profissional que coopera para melhorar as condições da educação.

Com relação à formação do supervisor educacional, até este momento nada havia sido definido. Somente com a Reforma Universitária de 1969 e mais precisamente com o Parecer nº 252 do Conselho Federal da Educação é que se determina que a formação desse profissional ocorrerá a nível da graduação, bem como a formação dos administradores e orientadores educacionais, período no qual o curso de Pedagogia foi ministrado no formato 3+1, onde nos três primeiros anos eram oferecidas disciplinas do tronco comum, e no último ano eram estudadas disciplinas específicas para cada área. Sendo que para Marques (2006), a base comum nacional não deve ser concebida como um currículo mínimo ou simples

elenco de disciplinas, mas sim como uma concepção básica da formação do educador e a definição de um corpo de conhecimentos pedagógicos fundamentais.

Autores como Saviani (2000), Nogueira (1989), consideram esta formação tecnicista, pois o seu objetivo era garantir a eficiência e a produtividade do processo educativo e isso só se conseguiria por meio da racionalização do trabalho, o que envolvia o planejamento dos processos sob o controle de técnicos supostamente habilitados.

Face à fragmentação do currículo do curso de pedagogia, ocorreu também a divisão das atividades escolares, o que para Luck (2004), ficou claro que deste momento em diante, compete ao supervisor a liderança e a coordenação pedagógica, bem como a preocupação relativa a métodos, técnicas e conteúdos, a dinamização e assistência à operacionalização dos processos de ensino, atuando exclusivamente no sentido pedagógico, contudo, não pretendendo exercer poder e controle sobre o trabalho dos professores.

Assim o supervisor assume a posição de problematizador do desempenho docente, o que segundo Medina (2001), significa tornar-se um parceiro político-pedagógico do professor assumindo atitude de indagar, comparar, responder e opinar, levando o docente a duvidar, questionar, apreciar, pensar e repensar situações de ensino em geral, afastando-se da ação linear, hierarquizada e burocrática, o que contribui para a qualidade do trabalho docente.

A Supervisão Educacional é reconhecida como relevante para a melhoria nos processos de ensino-aprendizagem, o que contribuiu para que a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, definisse a formação do supervisor, embora não tenha definido seu campo de atuação, como se evidencia no artigo 64 da referida lei:

“A formação de profissionais de educação para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em curso de graduação em pedagogia ou a nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida a base comum nacional”.

De acordo com Carneiro (1999), caso o Conselho Nacional de Educação não estabelecesse diretrizes específicas para a formação dos especialistas em educação, poderia se desencadear um processo de baixa qualidade na formação destes profissionais e evidentes prejuízos no desempenho das atividades a estes delegadas.

Ainda segundo o mesmo autor, a formação do supervisor deve conferir-lhe competência para articular e dinamizar o projeto político pedagógico da escola, e indica como sendo sua principal função o dever de estimular e manter um clima participativo e favorável à qualidade de produção do ensino, atribuição esta tão estratégica na escola que certamente contribuiu para que o profissional da área da Supervisão Educacional recebesse ao longo do tempo diferentes denominações, tais como: orientador pedagógico, coordenador pedagógico, supervisor pedagógico, supervisor educacional e supervisor da educação.

No tocante a Supervisão Educacional o estado da Bahia, define bem suas atribuições a partir do Decreto Estadual nº 6.213 de 14 de fevereiro de 1997. Após a elaboração e publicação deste documento as funções do supervisor e do orientador educacional foram integradas e o orientador foi praticamente extinto do cenário educacional baiano, tornando-se o supervisor o principal responsável pelas questões pedagógicas mais importantes. Além disso, deste momento em diante o supervisor passa a ser denominado coordenador pedagógico, denominação bastante apropriada já que segundo, Ferreira (2004) a palavra coordenador significa "relativo a, ou que produz coordenação que ou quem coordena, ou quando se considera o que é posto em, Larousse Cultural apud Christov (2006), "indivíduo incumbido de orientar, harmonizar, coordenar o trabalho de um grupo".

É válido salientar que as expressões supervisor e coordenador pedagógico só são sinônimas na Bahia, pois no restante do Brasil, este profissional ainda é chamado de supervisor educacional. A partir deste momento do estudo será utilizada apenas nomenclatura Coordenador Pedagógico.

Dentre as atribuições descritas neste documento destacam-se: a participação efetiva no projeto político pedagógico da escola, a coordenação do planejamento das ações pedagógicas, a avaliação dos trabalhos pedagógicos, o aperfeiçoamento de professores e técnicos, o acompanhamento e orientação aos alunos, bem como o encaminhamento dos alunos portadores de necessidades especiais para serviços especializados, e ainda o acompanhamento das diversas formas de avaliação, implantação de projetos que aproximem a comunidade da escola, a promoção a utilização dos recursos tecnológicos da escola, além de ser um colaborador junto à direção na gestão da escola.

Na tentativa de realizar melhorias na qualidade dos processos educativos, o sistema educacional da Bahia realizou reformulações nas atribuições do coordenador pedagógico e publica no dia 30 de maio de 2002 no Diário Oficial do Estado, o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, Lei 8.261 de 29 de maio de 2002, definindo em seu Artigo 8º as atribuições do coordenador pedagógico como estão abaixo relacionadas:

- I – Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas nas unidades escolares e/ou DIREC;
- II – Articular a elaboração participativa no projeto pedagógico da escola;
- III – Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria relativas à avaliação da aprendizagem e dos currículos, orientando e intervindo junto a professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;
- IV – Avaliar os resultados obtidos na operacionalização das ações pedagógicas, visando a sua reorientação;
- V – Coordenar e acompanhar as atividades complementares em unidades escolares, viabilizando a atualização pedagogia em serviço;
- VI – Estimular, articular e participar da elaboração de projetos especiais junto à comunidade escolar;

- VII – Elaborar estudos, levantamentos quantitativos e qualitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;
- VIII – Elaborar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Direção da Unidade Escolar, os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e de escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- IX – Promover ações que otimizem as relações interpessoais na comunidade escolar;
- X – Divulgar e analisar junto a comunidade escolar, documentos e projetos do Órgão Central, buscando implantá-los nas Unidades Escolares, atendendo as peculiaridades regionais.
- XI – Analisar os resultados de desempenho dos alunos, visando a correção de desvios no Planejamento Pedagógico;
- XII – Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores e técnicos, visando a melhoria do desempenho profissional;
- XIII – Conceber, estimular e implantar inovações pedagógicas e divulgar as experiências de sucesso, promovendo o intercâmbio entre Unidades Escolares;
- XIV – Identificar, orientar e encaminhar, para serviços especializados, alunos que apresentem necessidade de atendimento diferenciado;
- XV – Promover e incentivar a realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a educação preventiva integral e cidadania;
- XVI – Propor, em articulação com a direção, a implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade do ensino e o sucesso escolar do aluno;
- XVII – Organizar e coordenar a implantação do Conselho de Classe numa perspectiva inovadora de instancia avaliativa do desempenho dos alunos;
- XVIII – Promover reuniões e encontros com o país, visando à integração escola família para a promoção do sucesso escolar do aluno;
- XIX – Estimular e apoiar a criação de Associações de Pais, de Grêmios Estudantis e outras que contribuam para o desenvolvimento e a qualidade da educação;

XX – Exercer outras atribuições correlatas e afins.

Para Libâneo (2004), esta vasta gama de funções delegadas ao coordenador pedagógico pode ser sintetizada na seguinte formulação: planejar, coordenar, gerir e acompanhar todas as atividades pedagógico-didáticas e curriculares da escola e da sala de aula, visando atingir níveis satisfatórios de qualidade cognitivas e operativas da aprendizagem dos alunos.

De acordo com Vasconcellos (2002), a elaboração do Projeto Político Pedagógico pode ser considerada a atividade primária entre as atribuições do coordenador pedagógico, mas para que este se desenvolva de forma eficiente é preciso que a coordenação pedagógica tenha clareza em relação à proposta metodológica do projeto, domine as técnicas, conheça os passos da construção e realização de um projeto, seja capaz de conduzir com firmeza o processo de elaboração e implantação do mesmo. Ainda segundo o mesmo autor é indispensável que o coordenador tenha a credibilidade por parte dos educadores envolvidos no planejamento, e para tanto, afirma que não deve haver envolvimento pessoal nas discussões dos conteúdos, que evite o desgaste da equipe com muita demora na elaboração e ainda revele a pertinência e a viabilidade de concretização para o que for proposto.

No que concerne à educação continuada, sabe-se que esta se faz necessária pela própria natureza do saber e do fazer humanos como práticas que se transformam constantemente. Christov (2006) considera que a atribuição essencial do coordenador pedagógico está no processo de formação em serviço dos professores, isso, porque a realidade muda e o saber que construímos sobre ela precisa ser revisto e ampliado sempre. Ainda de acordo com o autor acima, o coordenador pedagógico é o agente fundamental para garantir a formação continuada nas Unidades Escolares, seja por meio de cursos, congressos, seminários, palestras ou nos horários de trabalhos pedagógicos coletivos, o que permite a atualização dos conhecimentos, a análise das mudanças que ocorrem na

prática e planejar as direções a serem seguidas de modo alcançar mudanças favoráveis à melhoria do trabalho docente.

Segundo Geglio (2005), a formação continuada não pode ocorrer eventualmente, mas deve ser contínua, num contexto natural e legítimo para o aperfeiçoamento e melhoria das práticas de ensino, uma ação que se desenvolva com o coletivo e no coletivo juntamente com a figura do coordenador.

Desvela-se mais uma área de trabalho para o coordenador pedagógico, este torna-se então responsável por orientar ao professor em como se faz e porque se faz de determinados modos as práticas de avaliação da aprendizagem. Para Batista (2005), a coordenação pedagógica é responsável por orientar as conexões entre os objetivos delineados, conteúdos desenvolvidos e opções metodológicas bem como o emprego de determinados métodos avaliativos, de forma que esta seja vista como uma aliada no processo de formação e emancipação do discente.

Nesse sentido, ainda segundo Batista (2005), o coordenador pode em suas relações com a aprendizagem, ensino e avaliação, ser um sujeito que pergunta e desencadeia questões, ao mesmo tempo em que escuta, busca alternativas e altera seus próprios questionamentos, afastando-se do papel de provedor de respostas para ser o mediador das interações.

As questões relativas à avaliação são múltiplas e complexas e não permeiam apenas o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, mas pode focalizar se à instituição escolar, a um programa educacional ou mesmo ao currículo e nesse contexto de conformidade com o mesmo autor, a coordenação pedagógica ocupa um lugar privilegiado, o de interlocutor, que problematiza a realidade e descobre no coletivo, caminhos e alternativas para transformar o coletivo, caminhos e alternativas para transformar o que for necessário para a melhoria dos resultados quando esses não são positivos.

Entre as complexidades enfrentadas no dia-a-dia do coordenador Orsolon (2005), destaca-se o desafio de trabalhar com as famílias no espaço escolar, trabalho este que não pode ser negligenciado, uma vez que os alunos e suas respectivas famílias fazem parte da comunidade escolar. No entanto, conforme o mesmo autor, a relação com a família deve ser uma relação de parceria, que se constitua a partir de encontros e diálogos entre realidades diferentes a fim de estabelecer estratégias educativas comuns.

Para que haja sucesso na parceria escola-família, Orsolon (2005 p.180) elenca algumas diretrizes fundamentais a serem observadas pelo coordenador na elaboração de projetos que as envolvam.

Compreender as diferentes configurações familiares e relacionar-se com elas sem preconceito, conhecer o lugar social das famílias dos alunos e identificar os modelos educativos que norteiam as ações educativas da família e da escola.

Para que o pedagogo obtenha êxito em todas as tarefas a ele conferidas, a sua formação tem sido assunto de muitas discussões no cenário educacional brasileiro ao longo dos últimos anos e no presente século não tem sido diferente. O ano de 2005 foi marcado por intensos debates a fim de se estabelecer novas diretrizes para o curso de pedagogia. Os discursos em favor das mudanças nos processos de profissionalização do pedagogo são pautados em defesa do reordenamento produtivo do trabalho docente, na valorização do trabalhador docente e a exigência pela qualificação deste profissional.

Neste contexto, no início de março deste mesmo ano circulou no Brasil uma minuta de projeto de Resolução do Conselho Nacional da Educação, apresentando as Diretrizes Nacionais para o curso de pedagogia. Este documento suscitou intensos debates na comunidade acadêmica, principalmente pelo seu artigo 2º que afirmava:

O curso de pedagogia destina-se precipuamente à formação de docentes para a educação básica, habilitado para Licenciatura em Pedagogia: a) Magistério da Educação

Infantil; b) Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Essa proposta de Diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), reduzia a atuação do pedagogo à docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal proposta gerou muita polêmica gerando diversos documentos e avaliações oriundos de fóruns e debates de naturezas variadas, nos quais a comunidade educacional pressionou o CNE a reformular essas diretrizes. Em 13 de dezembro de 2005 o CNE, tentando contemplar as inúmeras pressões do campo educacional, aprovou o Parecer CNE/ CP nº 5/ 05, parecer este que indicou em seu artigo 14 que a formação dos especialistas fosse realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todas as licenciaturas. Essa declaração suscitou uma série de questionamentos a respeito de seu valor legal pelo fato da LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996 em seu artigo 64 ter garantido que a formação dos especialistas em educação seria feita também na graduação ou a nível de pós graduação, a critério da instituição.

Devido a todas essas discussões as diretrizes foram enviadas ao CNE para que este reexaminasse esta questão. Após o reexame o Ministério da Educação homologa e publica no Diário Oficial da União as Diretrizes Nacionais para o Curso de Pedagogia em 15 de maio de 2006, e mesmo com todas as manifestações e posicionamentos da comunidade educacional contrários à base docente, o CNE definiu a docência como base da formação do curso de pedagogia e a ela articulou-se a gestão e a produção do conhecimento, havendo ainda a ampliação tendo em vista a formação docente para as disciplinas pedagógicas do Curso Normal, em nível médio e dos cursos de Educação Profissional também de nível médio.

Nessa direção as novas Diretrizes para o Curso de Pedagogia ampliam o conceito de docência, atribuindo ao referido curso a tarefa de formação do professor, do gestor e do pesquisador. Essa perspectiva de formação segundo Vieira (2007), compõe o novo perfil do pedagogo, perfil este que assume uma concepção de

docência alargada e atende as demandas da sociedade capitalista, pois toma como princípios norteadores a adaptabilidade, a polivalência e a flexibilidade.

Diante do que foi exposto nesse capítulo, evidencia-se que o coordenador pedagógico recebe atribuições que tornam sua presença muito rica para a instituição escolar e sua existência configura-se como essencial para o sucesso do ensino de modo geral, atualmente definindo-se como um articulador comprometido com o coletivo e com o político, de forma competente e eficaz e que atua em todos os momentos da realização das atividades do âmbito escolar, tais como: planejamento, coordenação, articulação, assessoramento e avaliação e não apenas no contexto pedagógico, mas expandindo-se aos campos administrativos e burocráticos.

Como é possível verificar, a partir dos autores e documentos legais trabalhados, houve uma sobrecarga nas atribuições do coordenador pedagógico, verificando-se essa que desencadeia importante questionamento: qual a coerência entre teoria e prática no desenvolvimento das atividades de coordenação pedagógica no cotidiano escolar ?

CAPÍTULO III – O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

No presente capítulo será apresentado como ocorreu o desenvolvimento da pesquisa de campo. Para o estudo foram aplicados questionários a um total de 30 professores e entrevistas a duas coordenadoras pedagógicas, sendo 15 professores e 1 coordenadora de cada uma das instituições nas quais se desenvolveu o trabalho.

O Colégio Estadual Landolfo Alves, local em que foi desenvolvida uma parte da pesquisa é uma das unidades de ensino estaduais existentes no Complexo Educacional Jequitaia, complexo este que está integrado ao Centro Múltiplo Oscar Cordeiro, localizado à Avenida Jequitaia s/n, no bairro da Calçada. Essa unidade de ensino, existente há seis anos, oferece o Ensino Médio e é uma escola de porte especial, ocupando três dos sete andares do complexo, onde cada um destes andares possui 10 salas de aula com uma média de 30 alunos por sala, funcionando em três turnos, matutino, vespertino e noturno. A escola atende cerca de 2.700 alunos. A coordenação pedagógica é realizada por duas pedagogas e a escola conta com um corpo docente de 128 professores.

O Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes, local onde ocorreu a outra parte da pesquisa, também faz parte do Complexo Educacional Jequitaia. Esta unidade oferece Educação de Jovens e Adultos nas modalidades de Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio. O referido colégio possui uma das comissões permanentes de avaliações do estado, (CPA). Esta comissão é autorizada a certificar pessoas com o ensino Fundamental ou Médio, desde que se submetam à avaliação por ela elaborada a partir de conteúdos didáticos próprios para cada um destes níveis de ensino e sejam aprovadas. O referido colégio possui aproximadamente 1.800 alunos, que se dividem nos três turnos nos quais a escola funciona e nos dois andares a ela destinados. O atendimento pedagógico é realizado por duas coordenadoras, atuando nessa escola 113 professores.

A entrevista realizada com as coordenadoras conteve 13 perguntas, todas referentes ao desenvolvimento de seu trabalho. Já o questionário aplicado aos professores conteve sete questões referentes à percepção do docente com relação à atuação da coordenação pedagógica na unidade escolar onde trabalha.

No Colégio Estadual Landolfo Alves a entrevista com a coordenadora ocorreu em 14 de outubro no turno vespertino que é o turno em que as duas coordenadoras estão presentes no colégio e uma destas ficaria mais livre para responder às perguntas. Não houve dificuldade nem rejeição por parte da coordenadora escolhida para a entrevista. Vale ressaltar que a escolha se deu devido ao fato da coordenadora em questão ter formação de especialista em Orientação Educacional e neste momento, no contexto educacional baiano, os coordenadores também são responsáveis por desempenhar a função de Supervisor Educacional, o que considerei enriquecedor para a pesquisa.

A aplicação do questionário aos professores do colégio acima ocorreu no dia 22 do mesmo mês e foi possível aplicar todos os questionários ao mesmo tempo porque no momento da aplicação do questionário os professores que estavam trabalhando na escola, naquele período, se encontravam reunidos na sala dos professores durante o intervalo para o recreio. A princípio os professores temeram responder o questionário para não se indisporerem com a coordenadora, mas quando informados pela pesquisadora de que não era necessária a identificação se dispuseram a respondê-lo sem nenhuma resistência. O entendimento das questões foi claro para todos os professores, nenhuma das questões ficou sem resposta e foram respondidas com rapidez.

No Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes, a entrevista com a coordenadora foi realizada no turno vespertino, por ser o turno mais tranquilo da escola, pois há um número menor de turmas neste período. A entrevista foi agendada por telefone e ocorreu no dia 17 de outubro, momento em que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a entrevistada. A escolha da coordenadora a ser entrevistada foi feita

a partir da sugestão de uma das professoras do colégio onde trabalho, que me informou que já havia tido oportunidade de trabalhar com a referida coordenadora e que ela tem formação em Supervisão Educacional, informação que foi decisiva para a escolha.

As perguntas dirigidas à coordenadora foram respondidas com clareza e precisão, quando informada de que eu gostaria de aplicar um questionário aos professores não se opôs e disponibilizou-se em pedir a colaboração deles para com a pesquisa. Depois de respondida as perguntas da entrevista a coordenadora fez indagações à pesquisadora com relação a formação generalista que hoje é oferecida pela UFBA, após respondidas suas perguntas, ela afirmou estar ciente de que a Faculdade de Educação da UFBA não oferece cursos de especialização e que considera este fato um descaso com os futuros pedagogos, já que a graduação oferece um curso generalista, a comunidade acadêmica deveria encontrar na unidade a oportunidade também de se especializar.

No Colégio Hamilton de Jesus Lopes, a aplicação dos questionários aos professores, foi realizada nos dias 29 e 30 de outubro, houve dificuldade em aplicar o questionário na primeira visita realizada à escola com este propósito. Mesmo após o pedido de colaboração da coordenadora houve alguns que não se dispuseram a respondê-lo e somente duas professoras aceitaram responder ao questionário, desde que pudessem entregá-lo à pesquisadora no dia seguinte, não me opus à exigência e ao retornar a unidade escolar no dia posterior esses foram recolhidos. A segunda visita feita à escola na tentativa de aplicar os questionários aos demais professores foi bem sucedida, pois o grupo presente na ocasião não demonstrou resistência em respondê-lo e foi bastante cordial com a pesquisadora. Não houve dificuldade de compreensão das perguntas do questionário que foi respondido com rapidez por todos, que ainda se dispuseram a continuar colaborando, caso se faça necessário para o bom desenvolvimento da pesquisa.

De modo geral, embora, houvesse alguma resistência em responder o questionário por parte de alguns professores, a pesquisa não foi prejudicada, pois

os demais convidados a contribuir com o trabalho, atenderam com presteza ao convite, tanto no Colégio Estadual Landufo Alves como no Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes. A receptividade no primeiro colégio visitado foi excelente, conforme já era esperado, devido ao fato da pesquisadora já haver realizado um trabalho anterior na unidade, por exigência de uma das disciplinas do sexto semestre do curso de pedagogia. Quanto à segunda escola que a pesquisadora visitou, embora fosse um ambiente desconhecido para a mesma, foi recebida pela maioria, com cordialidade.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entre as 32 pessoas entrevistadas na pesquisa houve predominância do sexo feminino. A escolaridade dos entrevistados varia entre graduados e pós-graduados. Todos os professores que participaram da pesquisa tanto do Colégio Estadual Landolfo Alves (CESLA), quanto do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes (CEHJL), estão participando do curso de Gestão Escolar oferecido pela Secretaria Estadual de Educação. Quanto ao tempo de atuação como professores nas unidades escolares este varia entre um e seis anos. No que se refere às coordenadoras entrevistadas, a do Colégio Estadual Landolfo Alves atua na referida escolas há seis anos, ou seja, desde a inauguração, enquanto a coordenadora do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes trabalha na instituição há quatro anos.

Primeiramente será realizada a análise dos resultados dos questionários aplicados aos professores e posteriormente a análise das entrevistas realizadas com as coordenadoras pedagógicas das instituições participantes da pesquisa.

Quando questionados sobre a existência de coordenação das atividades pedagógicas da instituição, tanto no Colégio Estadual Landolfo Alves, quanto no Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes, foi unânime a resposta afirmativa, o que já era esperado já que as duas escolas contam com a presença de coordenadoras pedagógicas.

TABELA 1

Existência de coordenação pedagógica.

Coordenação das atividades pedagógicas	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Sim	15	15
Não	00	00
Não respondeu	00	00
TOTAL	15	15

Quando a pergunta foi em relação à frequência com que ocorrem as reuniões entre professores e coordenadores pedagógicos, em ambas as instituições todos os professores responderam que estas ocorrem quinzenalmente, e afirmaram que o intervalo de 15 dias entre as reuniões foi um acordo entre a coordenação e o corpo docente.

TABELA 2
Reuniões do corpo docente com os coordenadores pedagógicos.

Periodicidade	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Semanalmente	00	00
Quinzenalmente	15	15
Mensalmente	00	00
Bimestralmente	00	00
Eventualmente	00	00
Não responderam	00	00
TOTAL	15	15

Quanto à pergunta referente à necessidade da presença de um coordenador pedagógico na escola, entre os entrevistados do Colégio Estadual Landolfo Alves, apenas uma respondeu que não é necessária a presença deste profissional nas escolas, mas não justificou sua resposta; enquanto que 14 dos professores deste colégio responderam que sim, que a presença de um coordenador na escola é necessária, e todos justificaram suas respostas. Nessas justificativas sete responderam que a presença do coordenador é importante por contribuir positivamente com o trabalho docente, dois para o atendimento a pais e alunos, três para ajudar a direção da escola e duas para promover integração entre os gestores e os professores.

Quando esta questão foi dirigida aos professores do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes, os 15 entrevistados responderam sim e quanto às justificativas, nove responderam que a presença do coordenados é necessária por contribuir positivamente com o trabalho docente, três responderam para ajudar a direção da

escola e três não justificaram. Os dados acima podem ser observados nas tabelas 3 e 4.

TABELA 3

**Necessidade de um profissional
que coordene as atividades pedagógicas**

Necessidade	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Sim	14	15
Não	01	00
Não responderam	00	00
TOTAL	15	15

TABELA 4

**Justificativas dos professores para a necessidade de coordenador
pedagógico na escola.**

Justificativas	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Contribui positivamente com o trabalho docente	07	09
Atendimento a pais e alunos	02	00
Ajuda a direção da escola	03	03
Promove a integração entre gestores e professores	02	00
Não responderam	01	03
TOTAL	15	15

Quando perguntados como é desenvolvida, operacionalmente, a coordenação pedagógica, os professores deram respostas que indicam uma variedade de atividades desenvolvidas pelas coordenadoras. Os professores do Colégio Estadual Landolfo Alves deram as seguintes respostas: três responderam que esta se desenvolve através de reuniões com professores, três que auxiliando aos professores na elaboração dos planos de aula, dois acompanhando as avaliações da aprendizagem, três na elaboração e implantação de projetos interdisciplinares,

um na promoção da integração entre os segmentos da comunidade escolar e um não justificou a resposta.

No Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes entre os entrevistados, seis não responderam esta questão, cinco indicaram que reuniões com os professores, um a realização de discussões e orientações didáticas e três no auxílio aos professores na elaboração dos planejamentos das aulas.

TABELA 5

Atividades desenvolvidas pela coordenação pedagógica, segundo os professores

Atividades desenvolvidas	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Reuniões com os professores	03	05
Elaboração e implantação de Projetos Interdisciplinares	02	00
Realização de discussões e orientações sobre situações didáticas	03	01
Auxílio aos professores na elaboração dos planejamentos de aula	05	03
Promoção da integração entre família e escola	01	00
Não responderam	01	06
TOTAL	15	15

Quando questionados se a coordenação pedagógica oferece cursos de aperfeiçoamento, também foi solicitado aos entrevistados que esclarecessem se o envolvimento da mesma ocorre de maneira pessoal ou por meio da viabilização de cursos oferecidos por outros. Em relação a essa pergunta nota-se uma contradição nas respostas dadas pelos professores do Colégio Estadual Landolfo Alves, visto que oito responderam que não e sete responderam que sim e justificaram suas respostas afirmando que a coordenação viabiliza cursos ministrados por outros e procura mantê-los informados dos cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação.

Quando a questão anterior foi dirigida aos professores do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes, os 15 entrevistados responderam que sim e esclareceram que a coordenação desta instituição viabiliza cursos ministrados por outros.

TABELA 6

Oferecimento de cursos de formação continuada pela coordenação, segundo os professores

Formação continuada	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Sim	07	15
Não	08	00
Não responderam	00	00
TOTAL	15	15

Quando os entrevistados foram questionados se consideram o trabalho da coordenação pedagógica da escola onde ensinam participativo e democrático, as respostas obtidas dos professores do Colégio Estadual Landolfo Alves se apresentam da seguinte forma: 11 responderam que sim e quatro que não. Para as respostas afirmativas aparecem as seguintes justificativas: *somos ouvidos nas reuniões; as mudanças para a melhoria da escola são decididas em conjunto; temos liberdade para expressar nossas opiniões quando estamos elaborando os planejamentos com os coordenadores*, entre outras. Não houve justificativa para as respostas não.

As respostas dos professores entrevistados no Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes para a pergunta acima se apresentaram da seguinte maneira: 12 responderam que sim, dois não e um não respondeu esta pergunta: *somos convidados a dar nossas opiniões em todas as assuntos tratados nas reuniões pedagógicas; o que prevalece na elaboração dos projetos e sempre a escolha da maioria, somos ouvidos nas reuniões* foram duas colocações dos professores desta unidade de ensino para justificarem as respostas afirmativas, enquanto as respostas negativas, não foram justificadas.

TABELA 7**Percepção dos professores sobre a natureza democrática e participativa do trabalho da coordenação pedagógica**

Trabalho da coordenação participativo/democrático	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Sim	11	12
Não	04	03
Não responderam	00	00
TOTAL	15	15

Quando a pergunta foi sobre se a influência positiva do trabalho da coordenação pedagógica para a melhoria na qualidade do ensino, entre os entrevistados do Colégio Estadual Landufo Alves, 10 responderam que sim e cinco responderam não; para esta pergunta 12 dos professores do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes responderam sim e três, não.

TABELA 8**Eficácia do trabalho da coordenação em relação à qualidade do ensino**

Consideram eficaz	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Sim	10	12
Não	05	03
Não responderam	00	00
TOTAL	15	15

A tabela abaixo apresentará as justificativas das respostas dos professores que consideram positiva a influência do trabalho da coordenação pedagógica em ambas as instituições pesquisadas, na qual se observam os seguintes dados: três justificaram pelo acompanhamento aos alunos, três por aplicar atividades aos alunos na ausência do professor, sete pelo acompanhamento do desenvolvimento

dos projetos pedagógicos, nove por auxiliar aos docentes em suas dificuldades didático-pedagógicas.

TABELA 9

Motivos para considerar positiva a influência do trabalho da coordenação pedagógica na melhoria na qualidade do ensino

Motivos	Frequência	
	CESLA	CEHJL
Acompanhamento aos alunos	02	01
Realiza atividades com os alunos na ausência do professor	01	02
Acompanha o desenvolvimento dos projetos pedagógicos	03	04
Auxilia aos docentes em suas dificuldades didáticas	04	05
Não responderam	05	03
TOTAL	15	15

Quando foram realizadas as entrevistas com as coordenadoras de ambas as Unidades Escolares, a coordenadora do CESLA informou que já atua como pedagoga há mais de 20 anos dos quais 10 destes foram dedicados à orientação educacional, área de trabalho para a qual obteve sua formação, e que está trabalhando neste colégio desde sua inauguração em 2002, trabalhando 40 horas semanais, 20 h no turno matutino e 20 h no turno vespertino. A coordenadora do CEHJL informou que há 17 anos trabalha como supervisora escolar para a rede estadual de ensino, por ter recebido formação para supervisor escolar quando o currículo de pedagogia ainda funcionava para formar especialistas, e que há 4 anos desenvolve seu trabalho como coordenadora pedagógica desta instituição cumprindo uma carga horária de 20 horas semanais no turno vespertino.

Ao serem perguntadas como consideram as mudanças que ocorreram nas funções dos pedagogos a partir do Decreto Estadual nº 6.213 de 14 de fevereiro de 1997, no qual o coordenador passa a assumir o papel de supervisor e orientador e como é possível desempenhá-los, ambas responderam considerar negativa a junção desses papéis para o coordenador, tendo a coordenadora do CESLA concluído sua resposta

afirmando que embora tenha formação de orientadora pouco se pode fazer por esta área e que atua nela apenas em situações de brigas entre alunos ou em conflitos entre professores e alunos. Disse ainda que a maior parte do seu tempo na escola é dedicado à supervisão educacional atuando junto aos professores, já a coordenadora do CEHJL continuou sua resposta dizendo que houve um acúmulo de funções e que para ela é difícil ser orientadora já que sua formação não contempla esta área do trabalho escolar: *apenas acompanho com aconselhamentos os alunos mais problemáticos; como supervisora acompanho ao planejamento dos professores e procuro promover a formação continuada dos mesmos.*

Quando a pergunta foi qual o peso da supervisão escolar e da orientação educacional sob a responsabilidade de um só profissional, a resposta da coordenadora do CESLA foi que compromete a qualidade do trabalho do pedagogo ter que dar conta de tantas atribuições, que são tão importantes para os processos de ensino e aprendizagem: *é complicado desenvolver a orientação educacional sem o Serviço de Orientação Educacional, (SOE), o maior peso da supervisão é promover a formação continuada e fica difícil elaborar cursos e promovê-los na escola por conta da sobrecarga de trabalho.*

Para a pergunta acima a resposta da coordenadora do CEHJL, foi a seguinte: *como supervisora o maior peso é, além de promover formação continuada, acompanhar e orientar o trabalho docente, pois, muitos professores não gostam de ser contrariados. Para mim, atuar como orientadora é muito difícil, gostaria que o SOE voltasse a existir nas escolas, considero o maior papel da orientação educacional acompanhar aos alunos com dificuldades de aprendizagem.*

Quando questionadas sobre quais as maiores dificuldades que elas encontram como coordenadoras, a do CESLA respondeu que é auxiliar e conseguir a harmonia nas questões de conflitos entre professores e alunos sem favorecer um ou outro e ainda mencionou o elevado número de alunos para atender, pois, a escola possui cerca de 900 por turno. A coordenadora do CEHJL respondeu que é assumir funções para as

quais ela não recebeu formação, e atender a um público de alunos com faixa etária tão diversificada.

Quanto à pergunta se é possível trabalhar de forma integrada com a direção da escola a resposta da coordenadora do CESLA foi não, e explicou que cada um defende seus próprios posicionamentos com relação à educação e disse ainda que até 2006 a integração ocorria de forma excelente por que já existia uma equipe engajada. A coordenadora do CEHJL também disse que não e justificou sua resposta dizendo que embora a diretora tente, é muito difícil pois a escola possui três coordenadoras, uma trabalhando em cada turno e estas só comparecem à escola em seus turnos de trabalho e para que todas se reúnam há dificuldade.

Quando perguntadas se, como coordenadoras, elas desempenham funções administrativas ou burocráticas e quais são estas, a coordenadora do CESLA respondeu que sim, elaboração de horários de aulas, acompanhamento das faltas dos professores, acompanhamento dos índices do censo escolar etc, já a coordenadora do CEHJL respondeu que não, que o trabalho burocrático como elaboração de horários ou de documentos fica por conta da vice-direção.

Quando as entrevistadas foram questionadas sobre quais entre as funções que desempenham elas consideram especificamente pedagógicas, a resposta da coordenadora do CESLA foi que era o acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem, auxílio aos professores nos planejamentos de aulas e nas atividades didáticas, revisão dos instrumentos de avaliação e acompanhamento do rendimento dos alunos. A esta pergunta, a coordenadora do CEHJL, respondeu que dirigir as reuniões da Atividades Complementares (AC), e o acompanhamento ao trabalho docente.

Às perguntas, em sua opinião a ação integrada escola x família ajuda no desenvolvimento do aluno e como a coordenação pedagógica trabalha para estabelecer a parceria escola x família, a resposta dada pela coordenadora do CESLA foi sim e que a escola precisa das famílias e vice-versa para a formação dos alunos. Explicou ainda que a coordenação promove reuniões com os pais e mantém

contato por telefone e que neste momento a escola está sem projetos para a integração da família com a escola mas que está sendo construído um. Quanto à coordenadora do CEHJL esta também respondeu afirmativamente, e justificou a ausência de um projeto de integração entre a família e a escola alegando que os alunos atendidos pela mesma já são em sua maioria pais e mães de famílias e que os poucos menores tem seus pais notificados por telefone ou chamados à escola quando necessário.

Com relação à pergunta: como coordenadora você é chamada para resolver problemas de natureza diversificada na escola? Descreva os mais freqüentes e como você se porta diante deles?

A resposta obtida da coordenadora do CESLA foi que é chamada, para mediar conflitos entre professores e alunos, alunos e alunos, funcionários e funcionários, ou entre quaisquer dos segmentos da comunidade escolar. *Procuro ouvir as diversas versões do ocorrido, observar até mesmo expressões faciais, para não ser injusta na decisão a ser tomado.* Para esta pergunta foi obtida a seguinte resposta da coordenadora do CEHJL: *pouco sou solicitada para resolver problemas, especialmente com alunos, pois os que estudam na unidade são jovens ou adultos, problemas como conflitos entre funcionários fica a cargo da direção resolver.*

Quando a pergunta foi, como você acha que é vista a sua atuação pela comunidade escola, a coordenadora do CESLA afirmou acreditar ser vista como um auxílio, ou suporte para o bom funcionamento da escola como um todo; quanto à coordenadora do CEHJL, esta afirma ser bem vista e considerada satisfatória às necessidades da escola.

Quando foi feita a pergunta se há resistência ao trabalho da coordenação pedagógica e qual o segmento da comunidade escolar que mais resiste, a resposta da coordenadora do CESLA foi que sim e explicou que alguns professores resistem por considerarem que a coordenação tira sua autoridade e autonomia para enfrentar os seus desentendimentos com os alunos; já a coordenadora do CEHJL, disse não

haver resistência ao seu trabalho e que este é bem aceito por toda a comunidade escolar.

Quando questionadas sobre quais as atividades são desenvolvidas pela coordenação para viabilizar a formação continuada, a resposta dada pela coordenadora do CESLA, foi que através da semana pedagógica, ela procura informá-los e incentivá-los a participarem dos cursos oferecidos pela Secretaria da Educação do Estado; a esta pergunta a coordenadora do CEHJL respondeu que é realizada a semana pedagógica e que promove grupos de estudos com temas afins e a apresentação do Telecurso 2000.

Quanto à pergunta: o público atendido pela escola está na faixa etária da adolescência? E também: Você como coordenadora, desenvolve algum projeto preventivo e/ou corretivo frente a questões como o uso de drogas, atividade sexual precoce etc? a resposta da coordenadora do CESLA foi a seguinte: *a escola participa de projetos como Cine Lanterna oferecido pela SEC, projeto esse que promove orientações sexuais por meio de apresentação de filmes e da discussão do conteúdo dos mesmos e ainda oportuniza o diálogo aberto sobre estas temáticas, sem preconceitos ou recriminações.* A coordenadora do CEHJL respondeu que a coordenação viabiliza palestras ministradas por outros.

Perguntadas sobre quais recomendações elas dariam aos pedagogos que pretendem atuar em coordenação pedagógica, a coordenadora do CESLA recomenda que invistam na formação, que reconheçam a função social e política que envolve o papel do coordenador e que amem o que farão. A coordenadora do CEHJL fez as seguintes recomendações: *vistam a camisa da educação, amem o que farão, busquem embasamento teórico e tenham compromisso com a profissão.*

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como eixo principal investigar a coerência entre a função atribuída aos coordenadores pedagógicos por meio de dispositivos legais como: a Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional e Leis e Decretos para a educação no estado da Bahia e o desenvolvimento destas atribuições pelos coordenadores no cotidiano escolar.

A literatura consultada evidencia a importância do trabalho do coordenador pedagógico, o qual abrange várias dimensões no campo educacional, tais como: político, administrativo, técnico e pedagógico, buscando sempre a integração entre eles para atingir o objetivo-fim de sua função, que é promover a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem. Para isso, deve atuar como elo de ligação entre a direção, os professores, os alunos, a comunidade escolar e a Secretaria de Educação.

A partir da análise dos dados coletados na pesquisa foi possível constatar que houve semelhança nos dados obtidos nos dois colégios. Todos os professores entrevistados em ambas as instituições de ensino afirmaram que há um acompanhamento das atividades docentes pelo coordenador, entre as quais se pode destacar o auxílio na elaboração dos planejamentos de aula, a elaboração e implantação de projetos interdisciplinares e realização de reuniões com os professores.

Houve uma contradição nas respostas dos professores do Colégio Estadual Landolfo Alves à pergunta que se refere ao oferecimento de cursos de aperfeiçoamento pela coordenação pedagógica; alguns responderam que não outros que sim, mas vale ressaltar que aqueles que responderam afirmativamente justificaram suas respostas afirmando que a coordenação pedagógica não só viabiliza cursos ministrados por outros profissionais da área, como informa e incentiva a participação dos docentes

da unidade a participarem de cursos oferecidos pela Secretaria Estadual da Educação. Quanto aos professores do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes estes foram unânimes em afirmar que a coordenação viabiliza cursos de aperfeiçoamento docente ministrados por outros.

A maioria dos professores tanto do Colégio Estadual Landolfo Alves como do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes consideram o trabalho da coordenação pedagógica das respectivas unidades onde atuam, participativo e democrático, pelo fato deles serem convidados a participarem das discussões e poderem contribuir nas decisões nos processos de mudanças para a melhoria da escola como um todo.

Vale ressaltar que para mais de 60% dos entrevistados em cada uma das instituições participantes da pesquisa é positiva a influência do trabalho do coordenador pedagógico para a melhoria na qualidade do ensino e apontam o acompanhamento aos alunos, a realização de atividades para alunos em classe na ausência dos professores e o auxílio ao docente em suas dificuldades didáticas como as ações que influenciam positivamente a qualidade do ensino como pode ser observado através das tabelas 8 e 9, respectivamente.

Além dos questionários aplicados aos professores também foram analisadas as entrevistas realizadas com as coordenadoras do Colégio Landolfo Alves e do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes. No decorrer das entrevistas realizadas com essas profissionais, em ambas as instituições, percebeu-se que elas têm clareza sobre as suas funções, bem como do modo como devem exercê-las, demonstrando também conhecer as normas que regem a coordenação pedagógica e estabelecem suas atribuições (Decreto Estadual n° 6.213 de 14 de fevereiro de 2007 e a Lei n° 8.261 de 29 de maio de 2002).

As duas coordenadoras entrevistadas deixaram transparecer que sentem dificuldade em exercer as atividades que outrora eram desempenhadas pelos orientadores educacionais. A coordenadora do Colégio Estadual Landolfo Alves mesmo tendo

formação em Orientação Educacional, alega ser difícil atuar como tal uma vez que a escola não dispõe do SOE, e que também é sua responsabilidade servir à escola como supervisora. Para a coordenadora do Colégio Estadual Hamilton de Jesus Lopes a dificuldade parece ser ainda maior, uma vez que a mesma recebeu formação apenas de supervisão educacional, mas apesar desta constatação notou-se também que ambas tentam superá-las e procuram desenvolver estas atividades da melhor maneira possível, já que entendem que orientação e supervisão educacional se fundiram e passaram a ser atribuições do coordenador pedagógico a partir do decreto acima citado.

As entrevistas também permitiram constatar que no cotidiano do coordenador pedagógico, pelo menos nestes dois colégios visitados, as atividades desenvolvidas pela coordenação são predominantemente voltadas para a questão do ensino como: auxílio ao planejamento das aulas, acompanhamento na elaboração dos instrumentos de avaliação da aprendizagem e a viabilização de cursos de formação continuada para os professores.

A partir da análise dos dados se pode concluir também que o fato da legislação, que rege a atuação dos coordenadores pedagógicos, estabelecer como atribuições dos mesmos aquelas que pertenciam à Supervisão e à Orientação Educacional, provocou uma sobrecarga de trabalho para estes profissionais, o que também foi mencionado pelas coordenadoras entrevistadas, como empecilho ao bom desempenho das atividades pedagógicas, que embora tenham dimensões distintas são igualmente importantes à qualidade da educação.

A pesquisa permitiu comprovar que há coerência entre as atividades desenvolvidas pelas coordenadoras e aquelas atribuídas por lei, embora tenha sido observado que a atuação de ambas esteja quase totalmente voltada para atender aos aspectos do ensino, e que não se tem a oportunidade de dar a devida atenção às questões referentes à aprendizagem dos alunos.

É notório que ao longo dos anos o pedagogo teve sua formação e atribuições modificadas, mas ainda assim nunca deixou de ser o profissional responsável pelas melhorias na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem. Atualmente a educação exige que o pedagogo atenda as mudanças ocorridas na sociedade desempenhando seu papel de maneira polivalente, adaptável e flexível às necessidades da instituição sob sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. **Supervisão Escolar e Política Educacional**. São Paulo, Cortez, 1991.

ATTA, Dilza Maria A. O acompanhamento pedagógico do trabalho escolar. In.: **Revista de Educação CEAP**. Salvador – Ba, v.10, n.º.36, p.19 – 29, mar./ mai. 2002.

ATTA, Dilza Maria A.; SIMÕES, Jandyra Leite. **Supervisão Educacional**. Salvador, Arco Íres, 1975.

BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. O coordenador pedagógico e a avaliação da aprendizagem: buscando uma leitura interdisciplinar. In.: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (org.) **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BRASIL CONCELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Projeto de Resolução de Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Março de 2005a.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHRISTOV, Luísa Helena da Silva. **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. 9 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.

----- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n° 5/2005. A prova as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Dezembro de 2005b.

----- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n° 3/2006. Reexame do Parecer n° 5/2005. Fevereiro de 2006 a.

----- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 1/2006. Institui Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Maio de 2006b

----- Decreto Estadual n° 6.213 de 14 de fevereiro de 1997.

----- Decreto Estadual n° 8.261 de 29 de maio de 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini dicionário século XXI**. 5 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004.

GEGLIO, Paulo César. O papel do coordenador pedagógico na formação do professor em serviço. In.: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (org.) **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. 5 ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa. **Ação Integrada Administração, Supervisão e Orientação Educacional**. 22 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.

MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da Educação**. 5 ed. São Paulo: Ijuí, 2006. (Coleção Mário Osório Marques; v.3).

MEDINA, Antonia da Silva. Supervisor Escolar: Parceiro Político Pedagógico do Professor. . In.: SILVA, Celestino A. Jr; RANGEL, Mary. (org.) **Nove Olhares Sobre a Supervisão**. 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

NOGUEIRA, Martha Guanaes. **Supervisão Educacional: a questão política**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

ORSOLON, Luzia Angelina Morino. Trabalhar com famílias: uma tarefa da coordenação. In.: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. (org.) **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PAIVA, Edil V. de. O PABAAE e a Supervisão Escolar. In.: SILVA, Celestino A. Jr; RANGEL, Mary. (org.) **Nove Olhares Sobre a Supervisão**. 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SAVIANI, Dermeval. A Supervisão Educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In.: FERREIRA, N.S.C. **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 2.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 2 ed. São Paulo: libertad, 2002.

VIEIRA, Suzane de Rocha. **Diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia: novo perfil docente para um novo pedagogo**. Disponível em : www.pedagogia.br/brasil escola.com/trabalhodocente. Acesso em: 29 de setembro de 2008

APÊNDICES

Apêndice A
QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

ESCOLA:.....

TEMPO DE TRABALHO NESTA ESCOLA:.....

1- Nesta escola há alguém que coordene as atividades pedagógicas?
() sim () não. Em caso afirmativo quem?.....

2- Com que freqüência ocorrem as reuniões com o coordenador pedagógico?
() semanalmente () quinzenalmente () mensalmente () bimestralmente
() eventualmente.

3- Você considera necessária a presença de um coordenador pedagógico na escola? Explique.
.....
.....
.....

4- Como é desenvolvida a coordenação pedagógica? (operacionalmente).
.....
.....
.....

5- A coordenação oferece cursos de aperfeiçoamento?
() sim () não. Caso a resposta seja afirmativa, esclareça se com o envolvimento pessoal do coordenador ou viabilizando cursos ministrados por outros.
.....
.....

6- Você considera o trabalho do coordenador desta escola democrático/participativo? Explique
.....
.....

7- Você acha que o trabalho do coordenador pedagógico desta escola influencia positivamente na qualidade do ensino? Explique.
.....

.....
.....

Apêndice B
ENTREVISTA PARA COORDENADORAS

Nome da instituição:

Nome do coordenador :

Formação:

Tempo na instituição:

Tempo de atuação nesta função:

Carga horária de trabalho:

1- A partir do Decreto Estadual nº 6.213 de 14 de fevereiro 1997, as funções de orientador e supervisor fundem-se, sendo o coordenador o profissional responsável por desempenhar estes papéis, como você considera esta mudança? Como é possível desempenhá-los?

.....
.....
.....

2- Qual o peso da supervisão escolar e da orientação educacional sob responsabilidade de um só profissional?

.....
.....
.....

3- Quais as maiores dificuldades que você encontra como coordenador pedagógico?

.....
.....
.....

4- É possível trabalhar de forma integrada com a direção da escola? Explique.

.....
.....
.....

5- Como coordenadora você desempenha funções administrativas ou burocráticas? Quais?

.....
.....

6- Entre as funções que você desempenha quais você considera especificamente pedagógicas ?

.....
.....
.....

7- Em sua opinião a ação integrada escola x família ajuda no desenvolvimento do aluno? Como a coordenação pedagógica trabalha para estabelecer a parceria família x escola?

.....
.....

8- Como coordenador pedagógico você é solicitado pra resolver problemas de natureza diversificada na escola. Descreva as mais freqüentes e como você se porta diante delas.

.....
.....
.....

9- Como você acha que é vista a sua atuação pela comunidade escolar ?
(diretor, professor, pais, alunos e funcionários).

.....
.....

10- Há resistência ao trabalho de coordenação? Qual é o segmento da comunidade escolar (família, funcionários, alunos, professores) que resiste mais resiste? Explique.

.....
.....
.....

11- Em se tratando da formação continuada , quais as atividades desenvolvidas pela coordenação para viabilizá-la?

.....
.....

12 -O publico atendido pela escola está na faixa etária da adolescência. Você como coordenador, desenvolve algum projeto preventivo e/ou corretivo frente a questões como uso de drogas, atividade sexual precoce e etc.?

.....
.....

13- Que recomendações você daria aos pedagogos que pretendem, atuar em coordenação pedagógica?

.....
.....